

25% de REAJUSTE

Na reunião do dia 23/10 (sexta-feira) com o CRUESP, mais uma vez ouvimos as lamentações de que o índice anunciado para o reajuste representa o limite máximo para as Universidades. Entretanto houve um avanço, já que os Reitores informaram que estão fazendo gestões "institucionais" para o aumento da porcentagem do repasse do ICMS, atualmente em 9%. Quem sabe?

FAX ENVIADO ÀS LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

V. Excia. recebeu, no dia 22 pp, de um comitê do Fórum das 6 entidades (Adunesp, Adunicamp, Adusp, Sintunesp, STU e Sintusp), que congrega as associações e sindicatos de docentes e funcionários das universidades públicas paulistas, uma solicitação de apoio à emenda da Lei de Orçamento do Estado de São Paulo que altera para 11% do ICMS o repasse às três universidades.

A Diretoria da Adunicamp não pôde participar do comitê e vem à sua presença, por este meio, reforçar o apoio à emenda lembrando que não se trata de postura corporativa mas sim de uma defesa das universidades públicas estaduais. Devido à profunda crise econômica e à desagregação provocada pela administração Collor as universidades estão com verbas de custeio e investimento drasticamente reduzidas, não só devido à queda na arrecadação do ICMS como também ao não pagamento dos auxílios já concedidos pelo CNPq e pela Finep, ambos órgãos do Governo Federal. Se este panorama não se alterar haverá um grande dano à qualidade do ensino e da pesquisa.

Certo da sua atenção, despeço-me.

Atenciosamente,

ADOLPHO HENGELTRAUB
Presidente da Adunicamp

USINAS NUCLEARES NO NOSSO QUINTAL

Não! Nem pensar...Nem das pequenas.

Esperamos, pacientemente, que viessem à tona fatos, esclarecimentos, enfim que houvesse a possibilidade de saber o que de fato aconteceu no *affair* "possível instalação de usina nuclear em Campinas". Agora já não há dúvida de que o grupo liderado pelo Prof. Sérgio Bajay na Faculdade de Engenharia Mecânica é o responsável pelo parecer dado à COPESP (Coordenadoria de Projetos Especiais) de que a região de Campinas é um dos macropolos que reúnem condições para receber uma PCN (pequena central nuclear) até o final do século. O próprio Prof. Bajay declarou ao "Correio Popular", edição de 22/10/92, que as idéias contidas no relatório não representam o consenso de toda a universidade, "principalmente em um assunto polêmico como este". Ora, sabendo que se trata de assunto polêmico o colega deveria ter sido mais cauteloso. Aliás, "polêmico" é um qualificativo suave...

O assunto é delicadíssimo e há a agravante de que a COPESP ainda não trouxe à luz uma PCN funcionante. Já é bastante grave que a Marinha decida instalar um reator nuclear como fonte de energia em um submarino, como o que vem desenvolvendo, isto é uma coisa que deveria ser examinada com muita cautela, não apenas pela Marinha. A sociedade deve ser ouvida! Agora, um membro da comunidade da UNICAMP exarar um parecer favorável à instalação de usinas nucleares na região de Campinas é absolutamente deplorável. Jamais será justificado não ter sido tocada a questão da segurança. Como não pensar nos riscos a que estaria exposta a população? Por acaso somos mais competentes em questões de segurança em usinas nucleares do que os americanos e os russos? Basta lembrar de Three Mile Island e Chernobil.

A ADUNICAMP CONVIDA PARA

FORMAÇÃO DO CORAL DE DOCENTES DA UNICAMP

INSCRIÇÕES:

DIAS:

SEGUNDAS E
QUARTAS-FEIRAS

HORÁRIO:

DAS 17:00 ÀS 18:30 H

LOCAL:

IA/UNICAMP
(DEP. DE MÚSICA)
SALA 03

INFORMAÇÕES:

R. 8106/7027, C/
VÍVIAN (REGENTE),
À TARDE

PROMOÇÃO: ADUNICAMP

APOIO: NIDIC

A LDB NO GOVERNO COLLOR

A expectativa de que, enfim, o Brasil poderia alcançar a modernidade foi uma das idéias motrizes do sucesso eleitoral do Presidente Collor.

No entanto, para a educação, muito cedo desvaneceu-se tal perspectiva. A ausência de um programa de governo para a área, a escolha do Ministro e de seus auxiliares diretos ancorada em critérios político-partidários e/ou de alinhamento e lealdade ao Presidente, foram sinais suficientes para se concluir que a educação não teria centralidade no governo Collor, como fazia prever a fragmentação de ações do Estado, através da multiplicação de programas e planos desarticulados entre si. Se não, vejamos: Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC); Plano Setorial de Ação do Governo Collor para o período de 1991\1995, lançado em dezembro de 1990; Brasil, um Projeto de Reconstrução Nacional, apresentado em fevereiro de 1991, seguido do "Projeto Minha Gente" que tem como base física de execução os CIACs, anunciado em maio de 1991. Todos estes programas, com o objetivo de produzir forte impacto na sociedade, foram amplamente divulgados na grande imprensa e redes de TV. Alguns não saíram do papel, e outros, quando saíram, como foi o caso do PNAC e dos CIACs, não se concretizaram por falta de verba, ou são fortemente contestados.

Essa incapacidade de condução e articulação nacional da educação, aliada a fragilidade do Ministro e seus assessores, com fortes divergências internas, foram alguns dos fatores que impediram, no primeiro ano do Governo Collor, uma ação mais direta do Ministério na trajetória e no conteúdo do projeto da LDB, em tramitação na Câmara de Deputados, período em que foi votado nas Comissões de Educação e de Finanças.

Durante esse ano o MEC esteve muito ocupado com o controle das mensalidades das escolas particulares. Essa foi a ação mais visível da gestão Chiarelli. Paradoxal, aparentemente, ela teve duas implicações maiores: a interferência no setor privado, seu parceiro, satisfazendo importantes frações da classe média e, sobretudo, alcançando grande visibilidade na mídia -enquanto a crise de qualidade do ensino público aprofundava-se- e, ruptura no interior do PFL, mais ou menos efêmera. Suas consequências no projeto manifestaram-se a dois níveis: no seu conteúdo, com a submissão de inclusão de um artigo sobre controle de mensalidades das escolas privadas, de autoria da Relatora da Comissão de Finanças, Dep. Sandra Cavalcanti (PFL-RJ); na sua tramitação, com o controle da Comissão de Educação pelo PDS, substituindo o PMDB na sua presidência e o PDT na Relatoria do Projeto. Isso aconteceu na primeira sessão legislativa de 1991, depois do projeto aguardar 4 meses na mesa da Câmara, para ser pautado na ordem do dia. Quando o foi, já em fins de maio, recebeu 1263 emendas. Mesmo em regime de urgência, o projeto volta às Comissões Técnicas para a apreciação das emendas.

Iniciando-se a 2ª sessão legislativa (1991), ocorre um fato novo que foi a entrada em cena do novo Ministro da Educação do Governo Collor, Prof. José Goldenberg. Em relação à LDB, as primeiras ações do Ministro adquiriram grande visibilidade: através da mídia criticou o projeto duramente, adjetivando-o e solicitando à Câmara um prazo de 30 dias para que pudesse melhor conhecê-lo. Essa solicitação, na Comissão de Educação, via Bloco e PDS, implodiu as articulações e estratégias dos Deputados e do Fórum Nacional, defensores do projeto, para o restabelecimento do processo de negociação sobre as 1263 emendas. Face ao impasse e resultante de novas articulações dos defensores do projeto, o Colégio de Líderes criou uma comissão suprapartidária de negociação com a representação de todos os partidos e dos Relatores das Comissões Técnicas. Ela teria como objetivo a retomada das negociações sobre as 1263 emendas, explicando o consenso e o dissenso, organizando-os para que o projeto tivesse condições políticas de ser votado. Os Líderes estabeleceram data limite para a votação do projeto na comissão suprapartidária, prazo este postergado por três vezes pela referida comissão.

O ano de 1991 encerrou-se com mais uma intervenção do Ministro indo à reunião do Colégio de Líderes solicitar que o projeto não fosse votado na Câmara ainda naquele ano e sem que a negociação fosse concluída: só foram negociados os nove primeiros capítulos, correspondendo a 50 dos 172 artigos. O representante do Governo na Comissão foi o Dep. Eraldo Tinoco, hoje o 3º Ministro da Educação da "era collorida".

A mudança do presidente da Comissão de Educação na nova sessão legislativa (1990) -embora sendo também do

PDS, por compromissos partidários regionais, o novo presidente tentou imprimir novo ritmo às negociações - não trouxe modificação suficientemente forte na correlação de forças para romper as estratégias de proteção do Bloco. As negociações na comissão suprapartidária não avançaram.

Mais uma vez, face ao impasse provocado pelas ações protelatórias do Bloco, representado pelo Dep. Tinoco, os defensores do projeto -agora incluídos os representantes do PDS e PTB, defendendo a votação do projeto ainda naquele semestre- articularam outra reunião do Colégio de Líderes, onde foi deliberado o prazo de fim de maio p.p. para a Comissão de Educação votar o parecer do Relator.

Com a nova implosão das negociações, no dia 20 de maio p.p., iniciou-se a votação do parecer da Relatora, Dep. Angela Amin, PDS-SC. Aberto o prazo de destaques, foram apresentados 1622, sendo 1287 (79.4 %) do representante do Bloco, Dep. Eraldo Tinoco. Ficou evidente que a intenção do Bloco, mais do que obstruir a votação do projeto na Comissão de Educação, era jogar duro na sua inviabilização. Não conseguindo, o Deputado queria direcionar as negociações -caso viessem acontecer- e determinar o ritmo das votações.

Simultaneamente ao início da votação do projeto na Com. de Educação da Câmara, o Senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ) apresentou no Senado seu projeto de LDB, assinado por ele e pelos Senadores Maurício Correa (PDT-DF) e Marco Maciel (PFL-PE). Segundo afirmação do Senador, assessores do MEC, especialmente a prof. Eunice Durham, examinaram com ele, "critériosamente, artigo por artigo, até definir a forma em que o texto se apresenta".

Certamente esse projeto interessava muito mais ao governo do que o substitutivo em votação na Com. de Educação: as questões mais polêmicas polarizando as negociações na Câmara - de um lado o Bloco e, de outro lado os partidos de oposição - foram resolvidas no projeto do Senador, simplesmente desaparecendo. Entre elas podemos apontar: o Sistema Nacional de Educação, o Conselho Nacional de Educação, o Fórum Nacional de Educação, os conselhos escolares, a participação da comunidade escolar na escolha dos diretores, as condições para autorização de funcionamento das escolas privadas e de credenciamento de escolas privadas como não-lucrativas, o salário creche. Com relação ao ensino superior o projeto, entre outras coisas, incorpora a autonomia universitária como é colocada no Projeto de Emenda Constitucional de número 56(PEC), em tramitação no Congresso.

É evidente o constrangimento do PDT na Comissão de Educação pela situação paradoxal que o partido está enfrentando e que reforça, sobremaneira, os partidos adversos ao projeto da Câmara.

Evidente também, é o jogo de interesses políticos do PFL que, permeando a LDB, ultrapassam-na. O Dep. Eraldo Tinoco, representando o Governo na comissão de negociação, dizia que este não tinha posições sobre a LDB, quem as tinha era o Ministro da Educação; como se o Ministro para ele não fosse Governo. Já durante a Eco 92, a imprensa noticiava a possível queda do Ministro, em atrito com o PFL. Entendia-se que esse partido, ocupando espaço considerável no governo Collor sobretudo após a reforma ministerial, pela proximidade das eleições municipais, teria o maior interesse em alargá-lo, seja no Ministério da Economia, seja no da Educação. Esse lhe estaria mais próximo do que aquele. Portanto era de toda evidência o seu interesse na inviabilização, naquele momento, da votação da LDB. Bem sucedidas, suas estratégias de obstrução garantir-lhe-iam a possibilidade de intervenção no processo, de outro lugar, com outras forças: mais precisamente do MEC. Instalada a CPI do PC, com o aprofundamento da crise política e a demissão do Ministro Goldenberg, acontece o já esperado: a posse do Dep. Tinoco no MEC. Entretanto, a mesma conjuntura política que lhe permite chegar ao Ministério, paralisa a tramitação dos Projetos de LDB no Congresso, por falta de quórum, provocada pela ausência dos partidos do Bloco governista. O Governo Collor não tem programa de modernização para a educação via LDB: sua representação na Câmara preocupou-se na defesa de interesses particularistas e seus Ministros, por motivos diversos, ou não se pronunciaram -caso Chiarelli- ou fizeram-no de forma pontual -caso Goldenberg. Quando esse Ministro decidiu mudar sua estratégia apresentando sua posição relativa a todo o projeto, não conseguiu mais interferir no processo para mudar a correlação de forças. (04/09/92)

IVANY RODRIGUES PINO - Professora da FE/UNICAMP, Vice Presidente do CEDES e Representante do CEDES no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDBEN.